

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

THE INVESTIGATIVE DIMENSION IN THE TRAINING AND PROFESSIONAL PRACTICE OF SOCIAL WORKERS

Caroline BECHER* 

José Carlos do AMARAL JÚNIOR** 

Resumo: Este artigo objetiva realizar uma análise sobre a importância da dimensão investigativa na formação e prática profissional do profissional de Serviço Social. Deste modo, realizamos uma análise crítica, a partir das referenciais bibliográficas disponíveis da área sobre o processo investigativo como mecanismo relevante para uma prática profissional capaz de responder às problemáticas existentes no cotidiano e, sobretudo nas relações sociais em que atuam estes profissionais. Diante do exposto, é necessário, aos profissionais, articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano, em outras palavras, o profissional deverá ter a capacidade para dominar as questões teórico-metodológicas, ético-político e técnico operativa, permitindo ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta no cotidiano, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social. Investigativa. Prática. Assistente Social.

Abstract: This article aims to carry out an analysis of the importance of the investigative dimension in the training and professional practice of Social Work professionals. In this way, we carried out a critical analysis, based on available bibliographical references in the area, on the investigative process as a relevant mechanism for a professional practice capable of responding to the problems that exist in everyday life and, above all, in the social relations in which these professionals work. Given the above, it is necessary for professionals to articulate the organizational, academic and legal dimensions that support this project with the reality of everyday work, in other words, the professional must have the ability to master theoretical-methodological, ethical-political issues and technical-operative. Allowing the professional to face the situations they face in their daily lives, clearly viewing corporate projects, their class bonds and their own work process.

Keywords: Social Service. Investigative. Practice. Social Work.

Submetido em 25/04/2023. Aceito em 29/05/2024.

□ Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro -Oeste (UNICENTRO). E-mail: karolbecher@hotmail.com

□□* Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduado Economia Doméstica (UFV), Serviço Social e História (Centro Universitário Internacional), possui especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFOP) e mestrado em Economia Doméstica (UFV). E-mail: jcamaral1987@gmail.com



Introdução

Pode parecer estranho que se discuta, nos dias atuais, a dimensão investigativa de determinada área de formação e/ou conhecimento, sobretudo porque já é largamente estabelecido que, por mais técnica e aplicada que seja, sem produção de conhecimento qualquer agir profissional se vê rapidamente “desatualizado”. Então, por que frisar a dimensão investigativa ainda é importante se, até mesmo no senso comum, há um reconhecimento tácito dessa atividade?

Em primeiro lugar, não se pode esquecer da histórica influência de movimentos consolidados - como o positivismo - em que o conhecimento tem *status* basicamente de aprimoramento das técnicas, com contornos metodológicos bastante específicos e limitados. Do ponto de vista histórico, o Serviço Social brasileiro, passou a receber grande influência positivista estadunidense nos anos de 1940 a 1950, esta influência foi maior no que se refere a dimensão técnico- operativa, distanciando ainda mais os saberes teóricos do fazer profissional. Em segundo lugar, some-se aí uma construção sensocomunizada de que “na prática a teoria é outra” que, bastante aceita como verídica, inverte a relação da produção do conhecimento ao afirmar que o fazer técnico cotidiano supera a produção do conhecimento, quase sempre apartado da realidade concreta e distante dos problemas reais. Em terceiro lugar, há que se considerar que mesmo nos casos em que essas situações são recusadas, há a produção de conhecimento que, alinhadas aos interesses da burguesia, serve amplamente à reprodução da ordem do capital, não buscando transformar a realidade ou apresentando soluções puramente paliativas. Esse conjunto de “poréns” explica o porquê de, adentrando já uma certa maturidade profissional, ainda se falar da importância da dimensão investigativa no Serviço Social.

Deve-se lembrar que essa preocupação, de retomar a importância da dimensão investigativa, não esteve historicamente sempre presente nos debates da categoria. Lembre-se que, conforme demonstram Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social resulta das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, consolidando-se como profissão especializada a partir de uma demanda da burguesia, que necessitava de uma especialização dentro da divisão social do trabalho que desse conta de lidar com algumas das expressões da Questão Social. Disso resulta que, conforme expõe Netto (2011a.), o Serviço Social se legitimou no Brasil enquanto demanda da burguesia no contexto do capitalismo monopolista, não tendo em sua gênese uma conexão direta com o agir investigativo sobre determinado objeto, mas com uma expectativa de ação prática formulada a partir dos interesses da ordem burguesa. Esse contexto é importante pois ajuda a compreender porque o Serviço Social surgiu como, nos termos de Montaño (2009), profissão eminentemente prática, voltada à intervenção em realidades emergentes e cujo praticismo é marca latente.

Embora o Serviço Social tenha se legitimado a partir de uma demanda social e histórica do movimento do capitalismo no Brasil, a natureza de suas atribuições no decorrer desse processo de legitimação ajudou a estabelecê-lo como um fazer ligado à prática, à disciplina da classe trabalhadora, aos preceitos humanistas e tecnicistas, dando a falsa impressão de ser mesmo um prolongamento das formas

anteriores de ajuda e caridade (Iamamoto; Carvalho, 2014). Os aportes teórico-metodológicos que recebeu em suas primeiras décadas de existência no Brasil também pareceram adiar substancialmente sua reflexão acerca do agir investigativo. Isso porque o aporte europeu, prevalente nas primeiras décadas do curso, aproximando-se de uma perspectiva vocacionista e humanista cristã, enquanto o aporte estadunidense de maior influência a partir dos anos 1950, pleiteava uma orientação tecnicista positivista, sem romper necessariamente com a conduta moralista (Castro, 2011).

As primeiras décadas do Serviço Social no Brasil são, portanto, marcadas por um distanciamento das demais ciências sociais, prevalecendo um debate puramente instrumental e corporativista de seus processos (Netto, 2018). Esse autor demonstra como, paradoxalmente, foi durante o período autocrático burguês que, impulsionado pelo recrutamento massivo do Estado em torno da realização de seu projeto desenvolvimentista, a área aumentou o número de vagas e, conseqüentemente, ampliou-se academicamente. Assim, ressalta, foi aos poucos gestando dentro das faculdades e universidades movimentos que se voltavam para o Serviço Social enquanto objeto de estudo, o que culminaria com seu amadurecimento acadêmico-científico e, também, profissional.

A partir dos anos 1980, já reverberando essas mudanças ocorridas no seio do período da Ditadura Militar, o Serviço Social passa, pela primeira vez, a consolidar um movimento de reconceituação que rompia com o conservadorismo prevalente, fazendo-o pela via do materialismo histórico-dialético (Iamamoto, 2013). Essa guinada à Teoria Social Crítica levaria ao processo de amadurecimento profissional, cujas conquistas das décadas de 1980 e 1990 resultariam na construção do Projeto Ético-Político da Profissão (Alves, 2017). Esse Projeto, ressalta, reflete a densidade acadêmico-científica de discussões e produção de conhecimento que se desdobraram nos anos 1980 e 1990, e também as conquistas da categoria, como a regulamentação da profissão em 1993, a revisão do Código de Ética, também em 1993 e a revisão das diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ocorrida em 1996, que passou a regulamentar todo o processo formativo dos assistentes sociais.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmica profissional, e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais. (Iamamoto, 2007)

As novas diretrizes da ABEPSS (1996), importante ressaltar, reordenam o processo de formação a partir do acúmulo da área dentro da Teoria Social Crítica, passando a reestruturar o currículo baseado em três núcleos fundamentais e no desenvolvimento de três dimensões do agir profissional, sendo eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Em

sua parte inicial, destaca como um dos pressupostos da formação profissional a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, posteriormente ressaltando no decorrer do documento que a capacidade investigativa deve ser desenvolvida no decorrer da formação, visto que fundamental ao exercício profissional. Essas diretrizes materializam uma série de mudanças que, pela perspectiva teórico-metodológica que assume, colocam o processo de investigação como fundamental ao agir dos assistentes sociais. É a oficialização de que a pesquisa deve integrar os processos de trabalho mesmo daqueles profissionais que não estão necessariamente ocupando espaços sócio-ocupacionais diretamente relacionados à pesquisa.

Essas mudanças refletem uma questão de método que está posta no movimento de reconceituação do Serviço Social. Por isso mesmo, é impossível compreender a dimensão da investigação no processo de formação e agir profissional sem, no entanto, entender as implicações que o debate sobre método apresenta à categoria.

1. Sobre o método: uma mudança substancial de relação com a realidade

Como dito anteriormente, o movimento de reconceituação, que embora tenha dado sinais de sua intencionalidade anteriormente sufocados pelo regime autocrático burguês, consolidou-se apenas a partir dos anos 1980 (Castro, 2011). Com ele gestou-se um rompimento hegemônico com as perspectivas conservadoras do Serviço Social que, desde sua origem, tinham larga referência no positivismo e, mais tarde, na fenomenologia (Netto, 2018). A importância da investigação no curso do agir profissional passou a ser discutida porque, na base da Teoria Social Crítica está um movimento contínuo de aproximação com a realidade para transformá-la.

O materialismo histórico-dialético é um método que, buscando romper com a economia política inglesa, a filosofia alemã e os socialistas utópicos, condensou uma inédita proposta teórica e filosófica sobre a sociedade burguesa e seu movimento (Lefebvre, 2019). Seu avanço reside em, destaca o autor, que apesar de as análises realizadas por Marx—e em certa medida também Engels – sejam dotadas de caráter histórico específico, deixou de legado um método sobre a aproximação do sujeito que pesquisa da realidade, contradizendo massivamente o idealismo e o materialismo vulgar. Nas palavras de Netto (2011b), o marxismo não é um método no sentido positivista do termo, representando um posicionamento do pesquisador diante do mundo concreto, do objeto de sua pesquisa e das possibilidades de conhecimento. Sobre isso, destacam Lessa e Tonet (2011), as contribuições filosóficas do marxismo, embora não cheguem a formatar um sistema filosófico fechado, deixam também como legado uma perspectiva de pensamento sobre a existência e a ação humana que têm como horizonte a mudança e a liberdade.

A partir do materialismo histórico-dialético se desenvolve não somente uma determinada abordagem filosófica e uma postura epistemológica, mas também uma compreensão ontológica. Lukács (2018) é o autor que, de forma mais densa, desenvolveu a partir dos elementos ontológicos de Marx uma

abordagem ontológica do ser social, o que significa dizer que o autor demonstrou a partir do marxismo como compreender o processo de formação do ser no curso da história. Essa perspectiva, por si só, escanteia as abordagens idealistas, quase sempre metafísicas, sobre o que é o ser e contraria as perspectivas contratualistas naturalizantes da sociedade. A ontologia do ser social de Lukács (2018) dá uma alternativa ao falso dilema “sujeito x sociedade”, promovendo rebatimentos epistemológicos importantes sobre o processo de construção do conhecimento.

O Serviço Social incorpora, no decorrer dos anos 1980 e 1990, esses complexos elementos na leitura de sua própria realidade de formação e atuação, promovendo um contínuo e reflexivo processo de conhecimento e reestruturação dialético de si mesmo. Inicialmente com Yamamoto e Carvalho (2014), que demonstram que a profissão não resulta historicamente de uma evolução das formas anteriores de ajuda, mas corresponde às relações sociais plasmadas no capitalismo. Depois essa perspectiva se aprofunda com Netto (2011a; 2018) que argumenta ser o Serviço Social resultante das relações que se formam no capitalismo monopolista da década de 1930 e sua expansão ter sido resultado direto do contexto da autocracia burguesa no Brasil. Posteriormente, uma gama de autores promoveria uma guinada das análises ao marxismo, como foi o caso de Guerra (2014) com a instrumentalidade profissional e Barroco (2008) com a discussão ética, ambas pela via também da leitura lukasciana. O marxismo, aponta Yazbek (2009) adentrou o Serviço Social em sua fase de amadurecimento principalmente pelas contribuições de Gyorgy Lukács, Agnes Heller, Eric Hobsbawm, Antonio Gramsci além, é claro, dos escritos de Marx e Engels.

Todas essas modificações fazem emergir, enquanto conquistas da categoria, um longo debate teórico-metodológico que coaduna com o rompimento com o conservadorismo não somente nos espaços acadêmico-científicos, mas mantendo o compromisso com a atuação profissional. Por isso, as diretrizes da ABEPSS (1996) refletem um momento de consolidação hegemônica da categoria pela via da Teoria Social Crítica, para a qual o processo investigativo não pode ser suprimido ou secundarizado da formação e agir profissional.

As discussões pela incursão do marxismo, como demonstrado, levam inevitavelmente o método para uma visão de sujeito, sociedade e ação humana em constante movimento. Dessa maneira, o princípio máximo de que os assistentes sociais atuam a partir das refrações da Questão Social requer, necessariamente, uma leitura de que essas expressões são históricas e estão em constante mudança (Netto, 2018). Assim, a própria compreensão daquilo que se estabelece como “objeto do Serviço Social” só é possível na compreensão do devir. É por isso que, em diversos trabalhos da categoria - como no de Yamamoto (2013; 2015), Yazbek (2009) e Guerra (2018) - há a constante insistência de que, sem compreender a objetividade das expressões da Questão Social com as quais está lidando, o assistente social não tem meios de planejar e instrumentalizar adequadamente sua intervenção. O agir investigativo é, portanto, uma condição metodológica de compreensão do próprio objeto da profissão. Battini (2009), afirma que no serviço social o compromisso da investigação que tem no horizonte a compreensão e a explicação do real com vistas à

sua superação é pôr em crise o universo de certezas, instigando a profissão (e a sociedade) a repensar, ontologicamente, acontecimentos e teorias, na busca de nova socialidade.

Está implícita nesse movimento também uma posição epistemológica: mesmo que não seja possível conhecer os fenômenos em sua essencialidade esmiuçada, uma aproximação imediata com suas leis gerais é uma possibilidade e uma necessidade. Siqueira (2013) demonstra como, a partir das perspectivas pós-modernas que esvaziam e criticam o materialismo histórico-dialético, elevam-se nas ciências humanas e sociais perspectivas epistemologicamente esvaziadas, que negam a capacidade do ser em conhecer algo. Nesse sentido, destaca, prevalece uma perspectiva discursiva dos fenômenos, pautada somente em regimes identitários efêmeros que sublocalizam as pautas de classe, identificando movimentos de massa orquestrados por um objetivo comum como estéreis. O Serviço Social, como demonstra Yazbek (2009) não pode ser tomado por essa perspectiva relativista da realidade social, visto que buscar a essencialidade dos fenômenos é sempre uma condição necessária para seu processo de intervenção. Não fazê-lo certamente é abandonar de cara a Teoria Social Crítica, e o posicionamento ético-político do projeto profissional.

A ordem do cotidiano coloca ao assistente social, em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, uma série de demandas e situações que, lentamente, contribuem para sua alienação diante do movimento do real (Guerra, 2018). Esse é o mundo da pseudoconcreticidade, para usar os termos de Kosik (1963), sobrepondo-se à essencialidade dos fenômenos, esse sim, capaz de revelar as leis gerais que regem a realidade. A dialética do concreto de Kosik (1963) revela esse caráter epistemológico de busca constante pela essência dos fenômenos, pelas categorias que auxiliarão no processo investigativo e pelo trânsito constante para a totalidade. Esses princípios – que estão presentes já nos trabalhos Marx (2011; 2017) - posicionam o sujeito que pesquisa diante do mundo concreto, demonstrando que a aparência dos fenômenos não coincide com sua essência, e que o reino da apreensão imediata só pode ser mesmo o local das perspectivas incompletas e da alienação.

O assistente social que, nos atributos de suas funções, abandona o agir investigativo, sucumbe à alienação do cotidiano, frequentemente, como aponta Guerra (2018), eligido pelos instrumentais técnico-operativos, cuja pretensa neutralidade baseada na técnica só pode servir mesmo aos interesses do capital. Vale lembrar também, aqui nesse ponto, que os interesses do capital manifestam-se nos distintos espaços sócio-ocupacionais enquanto contradições, explícitas ou implícitas nos processos de trabalho. Lembre-se que a categoria foi inicialmente recrutada - e continua sendo - sob os ideais burgueses, mesmo que historicamente tenha se posicionado eticamente em favor das classes subalternas (Iamamoto, 2013). O “Congresso da Virada”, ocorrido em 1979 é, por exemplo, um momento político dessa transformação, mas que nem de longe rompeu totalmente com as formas conservadoras de pensar a profissão ou com o recrutamento idealizado do profissional pela burguesia. A ofensiva neoliberal, para agravar o cenário, ainda faz modificar sobremaneira os espaços sócio-ocupacionais, fragmentando, enfraquecendo e reordenando *locus* importantes do agir profissional - como as políticas sociais - e abrindo espaço para novas morfologias de conservadorismo e avanço das teorias pós-modernas (Yazbek, 2009). Portanto, o assistente social, mais

do que nunca, encontra nos seus espaços sócio-ocupacionais condições contraditórias que fazem opor os interesses do capital e as conquistas ético-políticas da categoria. A dimensão investigativa, enquanto parte do processo de trabalho - e aqui há certa unanimidade, como em Guerra (2018), Iamamoto (2015), Yazbek (2009) e Netto (2018) - é a garantia de lidar com essas contradições sem perder de vista o adequado posicionamento metodológico.

As três dimensões do agir profissional - teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa - estão imbuídas no processo investigativo e no entendimento da totalidade. José Paulo Netto (2018), ao tecer uma crítica à noção de “nova Questão Social” faz uma reflexão: como seria possível aos profissionais planejar o processo de intervenção, escolhendo instrumentais adequados e alocando recursos e esforços, sem entender que o objeto sobre o qual incide sua ação está em constante mudança e só pode ser compreendido pela constante postura investigativa? Por outro lado, como é possível proceder com a investigação mantendo-se o posicionamento ético-político da categoria se, nos desvios do ecletismo teórico, a Teoria Social Crítica enquanto estrutura completa de aproximação com a realidade for abandonada? (Netto, 2018).

O processo investigativo é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais, desde compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, desvendar a realidade objetiva presente na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais (Guerra, 2009).

Nesse ponto, deve-se esquecer a crítica leviana de que o materialismo histórico-dialético está superado pela ordem pós-moderna. Aqui, lembre-se de Lefebvre (2019), que argumenta que o marxismo não pode ser superado pois, sendo o método e filosofia do devir e da mudança dialética, ele gera as condições concretas para constantemente superar a si mesmo. Portanto, os desafios que se apresentam aos assistentes sociais na garantia de uma postura investigativa são de outra ordem, com destaque para quatro deles.

Em primeiro lugar, para estancar o avanço de perspectivas teórico-metodológicas que servem à ordem do capital, é preciso que os assistentes sociais tenham cuidado no trato da realidade e das teorias que mobilizam, para não confundir pluralismo teórico com ecletismo (Netto, 2018). Luana Siqueira (2013), por exemplo, demonstra como a partir do desmonte das políticas sociais no Estado neoliberal, há uma onda significativa de aportes pós-modernos reverberando nas formulações de políticas, planos e programas. Isso quer dizer que, na nova configuração desses espaços, há a constante possibilidade de o agir investigativo ser interpelado por métodos de outra natureza, e proceder com uma aproximação da realidade que é, em si mesma, epistemologicamente desencorajada. O pluralismo, garantido inclusive no Projeto Ético-Político da categoria, não deve se confundir com esse uso eclético de correntes metodologicamente antagônicas, sob o risco de inviabilizar o posicionamento em favor das classes trabalhadoras. Lembre-se da máxima de Lukács (2018), em que a ortodoxia está no método, e sua garantia faz caminhar na direção de uma coerência teórico-metodológica no processo de conhecimento.

Em segundo, destaca-se a necessidade de uma continuidade da formação profissional também nas dimensões teórico-metodológica e ético-política. Ao que parece, a dimensão técnico-operativa apresenta um número expressivamente maior de possibilidades para a formação continuada dos assistentes sociais, reflexo direto da predominância ainda praticista de uma leitura da profissão. Não é possível exigir postura investigativa se os processos de formação teórico-metodológicos estão limitados às universidades e aqueles de ordem ético-política, quando muito, restritos aos conselhos da categoria e movimentos sociais. Livrar-se da alienação cotidiana que faz prevalecer a dimensão técnico-operativa, destaca Guerra (2018), é retomar as demais dimensões enquanto parte do agir profissional, incluindo-se aí a postura investigativa.

Em terceiro, não se distanciar das classes subalternas é importante para que o processo investigativo tome forma no agir profissional. Bertollo (2017), demonstra que a gestão e o planejamento em Serviço Social só são possíveis se atravessado pelos interesses e condições concretas da classe trabalhadora, sem os quais o agir profissional está constantemente ameaçado pela ordem do capital. Barroco (2008) também demonstra como, distante da classe trabalhadora, a práxis humana se esvazia de sentido coletivo, perdendo a ética seu caráter mediador visto que, quase sempre, passa a assumir um caráter puramente abstrato. O Serviço Social, como adverte Netto (2018), não deve se confundir com a militância, mas estar em constante diálogo com todas as formas objetivas e históricas de organização da classe trabalhadora, cuja defesa está explícita na orientação ético-política da categoria. Como é possível compreender as expressões da Questão Social distante da classe por elas afetadas?

Em quarto lugar, um dos principais desafios para a garantia da dimensão investigativa na formação e prática profissional é o compromisso dos assistentes sociais com a categoria. Longe de aludir ao simples corporativismo, a correta articulação com os órgãos da categoria - CRESS, CFESS, ABEPSS e afins - garante aos profissionais alinhamentos constantes com o posicionamento ético-político e a postura investigativa na perspectiva da Teoria Social Crítica. Isso pressupõe também, como afirma Lewgoy (2018), o compromisso dos profissionais com a formação de novos assistentes sociais através das supervisões de estágio, espaço privilegiado de interface entre os distintos espaços sócio-ocupacionais, faculdades, universidades e profissionais.

Considerações Finais

Retornando, portanto, ao início dessa discussão, a máxima de que “fora do processo constante de atualização do conhecimento” sucumbe-se rapidamente à obsolescência, deve ser levada a outra constância a partir do que se espera dos assistentes sociais: apartados do real e da apreensão das leis gerais que regem os fenômenos que se tornam objetos de sua intervenção, não há como desviar-se da alienação, da postura fragmentária e dos avanços de toda ordem do capitalismo que, na lógica neoliberal, leva ao extremo a exploração e subsunção da classe trabalhadora.

Torna-se essencial ao profissional, ter uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que possuem níveis diferentes de complexidade. Diante do exposto, a contemporaneidade exige um profissional que atenda a requisição do mercado de trabalho, entretanto, que não se limite a elas, para isto, é necessária uma sólida formação teórico-metodológica em termos de conhecimentos teóricos e interventivos.

As mudanças no contexto atual requerem um perfil específico de profissional. Profissional este que tenha capacidade para dominar as questões teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativa. Por isso, há necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as tramas relacionais da Questão Social do padrão de intervenção do Estado, do significado e funcionalidade das ações instrumentais, tudo isso através da investigação.

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano. Exige-se uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o “dever ser” com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta idealizada, porque abstraída da realidade histórica.

Os avanços obtidos na produção do conhecimento voltada privilegiadamente para o decifrar a estrutura de dominação sociopolítica e econômica da nossa sociedade, em sua relação com a América Latina e o mundo globalizado, empreendidos pelos pesquisadores e intelectuais do serviço social, são fundamentais.

Portanto, a pesquisa para o serviço social precisa investigar temas pertinentes para esta profissão, para seus usuários e para os próprios assistentes sociais, utilizando a realidade como um necessário local de trabalho empírico que, por si só, não produz conhecimento.

Para tanto é preciso reivindicar uma densa formação teórico-prática no âmbito do serviço social, ou seja, é necessário oferecer espaços de estudo que propiciem a apropriação crítica de textos originais também contidos nas fontes clássicas e endossar uma formação impiedosamente sustentada na pesquisa de temas voltados para a própria realidade.

O assistente social pesquisador, que objetiva o rigor teórico exigido pela ciência autêntica, deve perquirir ‘as intrincadas conexões do real’. Investigar e, em consequência, tornar cientificamente aceito o trabalho, no âmbito acadêmico, é o princípio fundamental no caminho da probidade teórica do pesquisador.

Referências

ALVES, M. O. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social**: das origens aos dias atuais. Curitiba, PR: Intersaberes, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996.

- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BATTINI, O. **A prática do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**, Volume I, São Paulo: Veras editora, 2009.
- BERTOLLO, K. (2017). PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: TENSÕES E DESAFIOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. *Temporalis*, 16(31), 333–356. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p333-356> Acesso em: 25/02/2023.
- CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.
- GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. *In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social - Desafios contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 13. ed. São Paulo - SP: Cortez Editora, 2013.
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-crítica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1963.
- LEFEBVRE, H. **Marxismo** : uma breve introdução. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social** : diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

Contribuições dos autores:

Caroline Becher: Autora.

José Carlos do Amaral Júnior: Autor.
